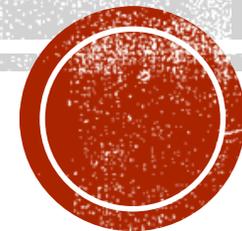




METAS NACIONAIS

AGOSTO DE 2018

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA
COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO - CCP



EQUIPE RESPONSÁVEL

- Dra. Kátia Parente Sena – Coordenadora responsável pelo cumprimento das Metas Nacionais no TJPA (Portaria nº 807/2017);
- Dra. Kédima Pacífico Lyra – Responsável pelo cumprimento da Meta 5 de 2018 (Impulsionar os processos de execução);
- Desa. Diracy Nunes Alves - Responsável pelo cumprimento da Meta 8 de 2018 (enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher);
- Coordenadoria de Controle de Planejamento – Responsável pelo controle e monitoramento dos resultados das unidades e do TJPA, alimentação das informações dos sistemas de metas do CNJ e geração de relatórios visando a tomada de decisões;



METAS 2018 – RESUMO ATÉ AGOSTO



META 1

- Grau de Cumprimento igual a 97,92% (Meta não cumprida) ✘

META 2

- Grau de Cumprimento do 1º Grau igual a 19,70% (Meta não cumprida) ✘
- Grau de Cumprimento do 2º Grau igual a 44,29% (Meta não cumprida) ✘
- Grau de Cumprimento dos Juizados Especiais igual a 47,95% (Meta não cumprida) ✘

META 4

- Grau de Cumprimento igual a 21,52% (Meta não cumprida) ✘

META 5

- Grau de Cumprimento igual a 95,24% (Meta não cumprida) ✘

META 6

- Grau de Cumprimento do 1º Grau igual a 25,15% (Meta não cumprida) ✘
- Grau de Cumprimento do 2º Grau igual a 39,60% (Meta não cumprida) ✘

META 8

- Grau de Cumprimento igual a 72,46% (Meta não cumprida) ✘

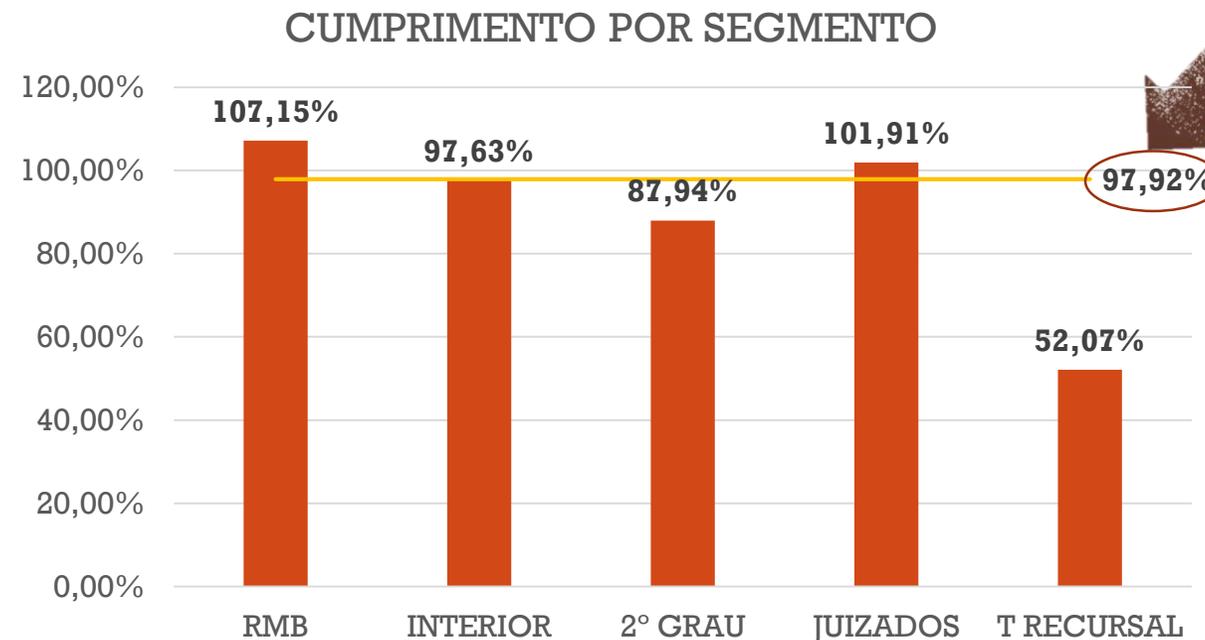




META 1 DE 2018 – PRODUTIVIDADE

Objetivo: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

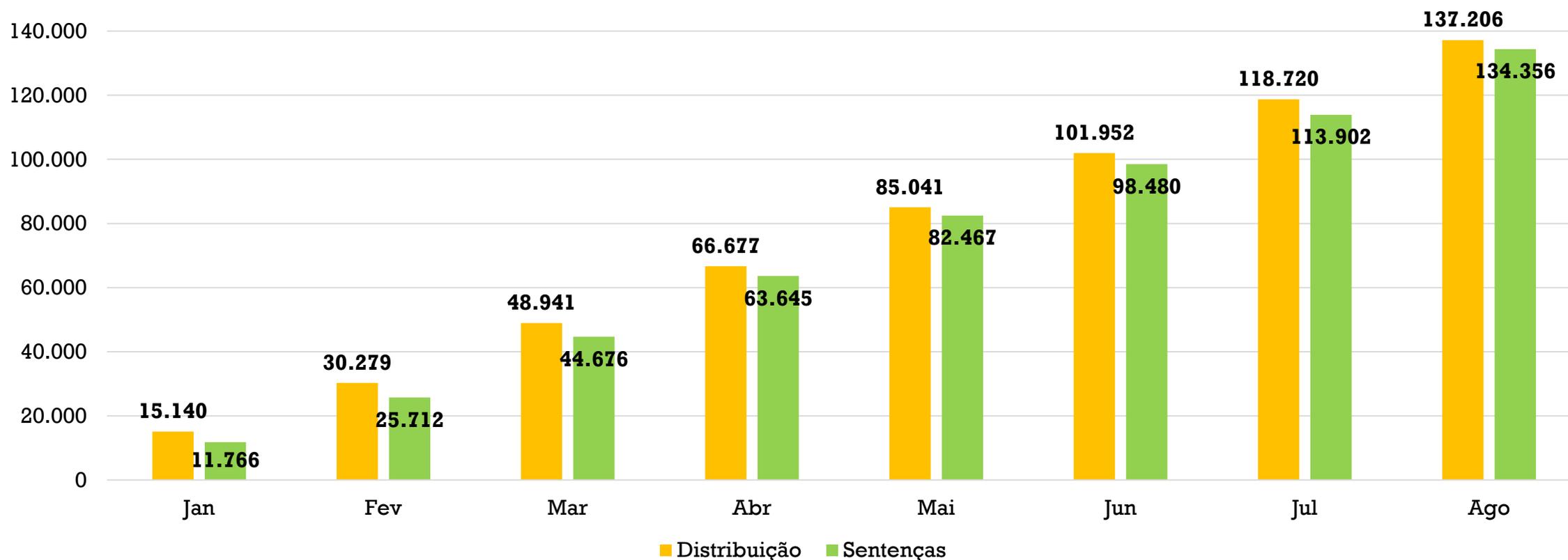
SEGMENTO	DISTRIBUIÇÃO	SENTENÇAS
RMB	30.228	32.389
INTERIOR	61.123	59.676
2º GRAU	10.015	8.807
JUIZADOS	29.741	30.308
T RECURSAL	6.099	3.176



META 1 DE 2018 – PRODUTIVIDADE



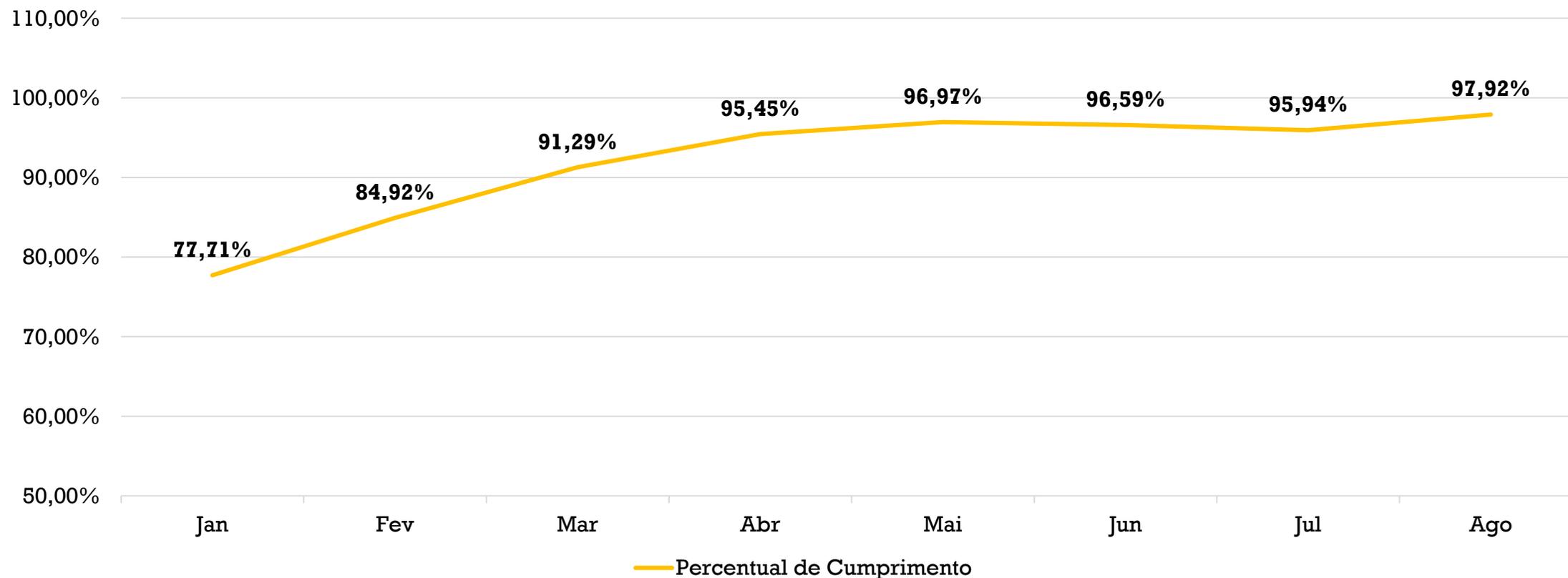
Meta 1 de 2018 – Acumulado até Agosto



META 1 DE 2018 – PRODUTIVIDADE



Meta 1 de 2018 – Acumulado até Agosto



META 1 DE 2018 – PRODUTIVIDADE

1º GRAU



Resultado da Justiça
Comum (1º Grau)
por Região Judiciária
(sem Juizados)

Região Judiciária	Distribuição	Sentenças	Grau de Cumprimento	Situação
11º REGIÃO JUDICIÁRIA - MARABÁ	10.186	11.711	114,96%	Meta Cumprida
15º REGIÃO JUDICIÁRIA - SANTARÉM	8.927	10.028	112,32%	Meta Cumprida
REGIÃO CENTRAL	20.132	22.549	112,07%	Meta Cumprida
3º REGIÃO JUDICIÁRIA - ABAETETUBA	3.243	3.601	111,00%	Meta Cumprida
10º REGIÃO JUDICIÁRIA - TUCURUÍ	4.653	4.784	102,79%	Meta Cumprida
16º REGIÃO JUDICIÁRIA - ITAITUBA	2.116	2.159	101,98%	Meta Cumprida
12º REGIÃO JUDICIÁRIA - XINGUARA	2.518	2.563	101,75%	Meta Cumprida
13º REGIÃO JUDICIÁRIA - REDENÇÃO	2.287	2.305	100,74%	Meta Cumprida
1º REGIÃO JUDICIÁRIA - ANANINDEUA	7.786	7.844	100,73%	Meta Cumprida
5º REGIÃO JUDICIÁRIA - CAPANEMA	5.666	5.497	97,00%	Meta Não Cumprida
7º REGIÃO JUDICIÁRIA - SOURE	1.364	1.323	96,92%	Meta Não Cumprida
2º REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ AÇU	1.783	1.660	93,05%	Meta Não Cumprida
14º REGIÃO JUDICIÁRIA - ALTAMIRA	3.572	3.227	90,32%	Meta Não Cumprida
4º REGIÃO JUDICIÁRIA - CASTANHAL	4.178	3.744	89,59%	Meta Não Cumprida
8º REGIÃO JUDICIÁRIA - BREVES	3.030	2.707	89,31%	Meta Não Cumprida
6º REGIÃO JUDICIÁRIA - PARAGOMINAS	4.830	3.204	66,32%	Meta Não Cumprida
9º REGIÃO JUDICIÁRIA - CAMETÁ	5.080	3.159	62,17%	Meta Não Cumprida
Total Geral	91.351	92.065	100,78%	Meta Cumprida



META 1 DE 2018 – RESULTADO DOS TRIBUNAIS DE MÉDIO PORTE ATÉ JULHO

EXTRAÇÃO DO SISTEMA DE METAS CNJ



Ano	Meta	Tribunal	% cumprimento Meta 1
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	132,77
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	125,92
2018	1	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	106,56
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	106,47
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	99,31
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	98,10
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	97,37
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	78,79
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	74,01
2018	1	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	51,39



META 2 DE 2018 - CELERIDADE



Objetivo: Identificar e julgar até 31/12/2018, no 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014. No 2º grau, pelos menos 80% dos distribuídos até 31/12/2015, e nos juizados especiais e nas turmas recursais, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015.

Segmento	Acervo da Meta	Alvo	Sentenças até Ago/2018	Processos Pendentes de Julgamento	Grau de Julgamento*	Grau de Cumprimento**	Necessidade de Julgamento
1º Grau	134.461	107.569 (80%)	21.192	113.269	15,76%	19,70%	86.377
2º Grau	4.310	3.448 (80%)	1.527	2.783	35,43%	44,29%	1.921
Juizados Especiais	8.690	7.821 (90%)	3.754	4.936	43,20%	47,95%	4.067

*Grau de julgamento: sentenças/acervo

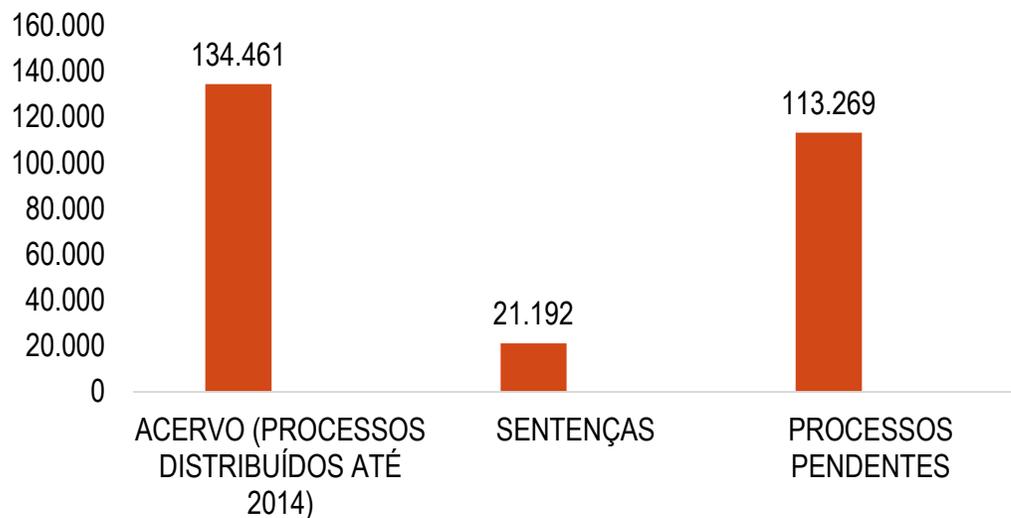
**Grau de cumprimento: (sentenças/acervo)*1000/8 ou 9 – fórmula de cálculo do CNJ.



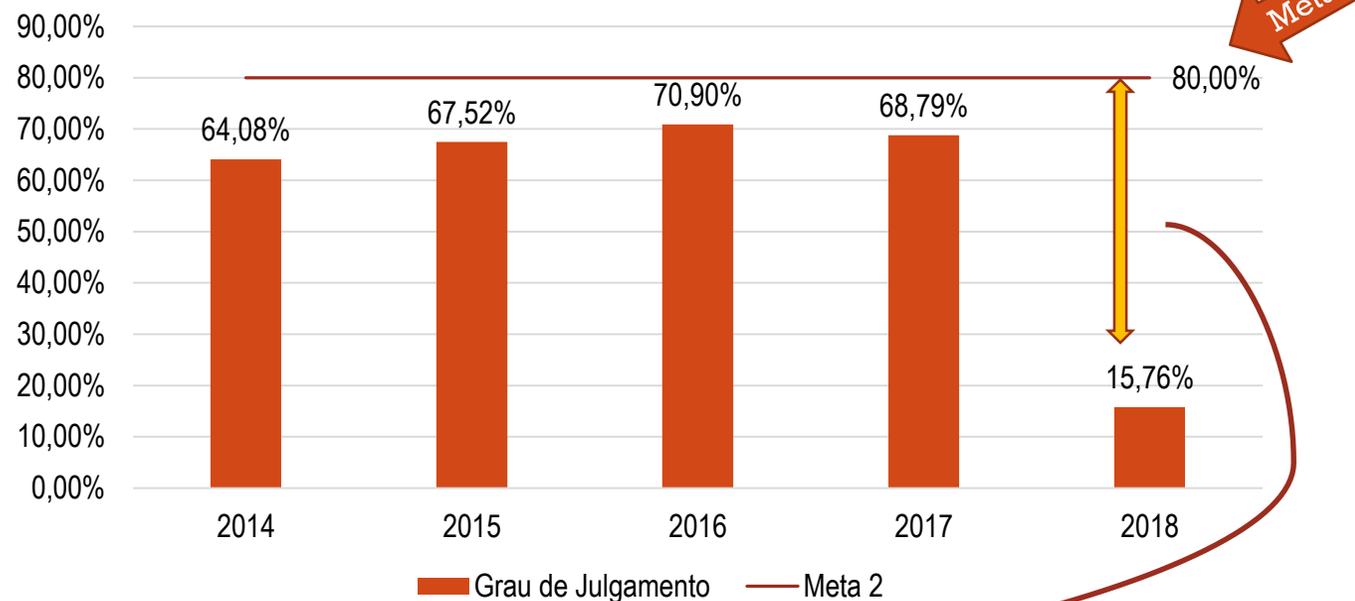


META 2 DE 2018 - 1º GRAU CELERIDADE

RESULTADO 2018



Evolução do Grau de Julgamento



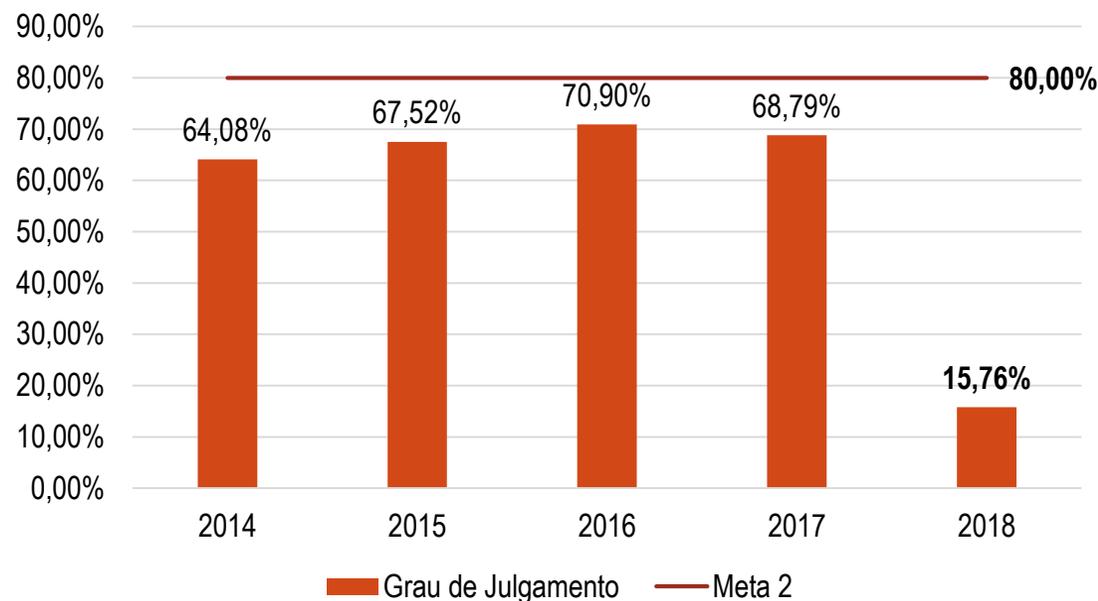
O 1º grau precisaria julgar 86.377 processos antigos entre os meses de setembro e dezembro para atingir a meta proposta pelo CNJ.



META 2 DE 2018 – 1º GRAU CELERIDADE



Evolução do Grau de Julgamento



A queda do grau de cumprimento em 2018 é resultado direto da mudança ocorrida no Glossário de Metas.

Em 2017, quando a referência eram os processos distribuídos até 2013, partes desses processos foram sentenciados em 2014, 2015 e 2016, e essas sentenças eram consideradas na fórmula de cálculo do resultado.

Em 2018, quando a referência passou a ser os processos distribuídos até 2014, são considerados apenas os processos não sentenciados até 2017, desconsiderando todas as sentenças anteriores. De outra forma, apenas as sentenças prolatadas em 2018, em relação à processos ainda pendentes até 2017, são considerados.



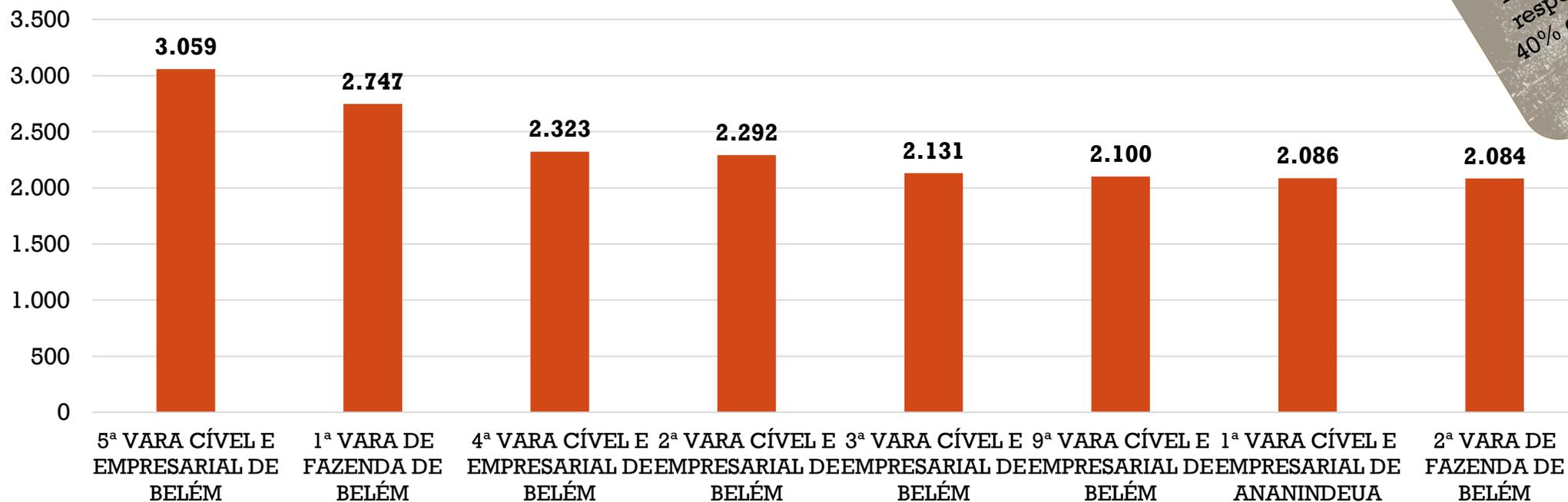
META 2 DE 2018 – 1º GRAU

CELERIDADE



Unidades com maiores quantidades de processos pendentes* – RMB

Essas unidades respondem por 40% do acervo da RMB



*Processos distribuídos até 2014, que possuem classes listadas no Glossário de Metas do CNJ



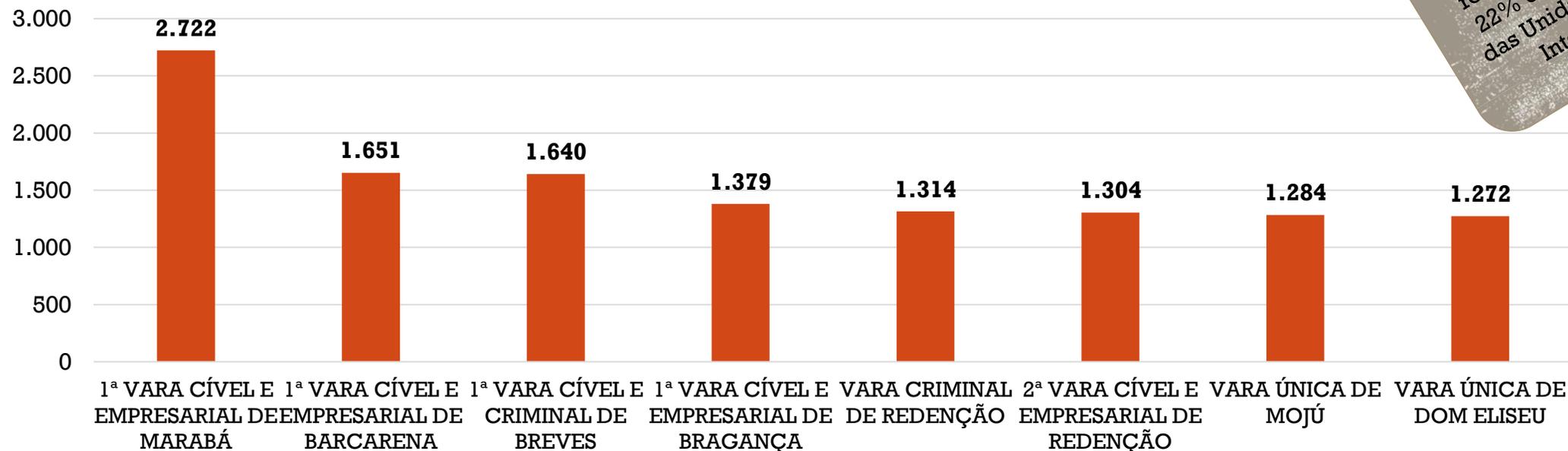
META 2 DE 2018 – 1º GRAU

CELERIDADE



Unidades com maiores quantidades de processos pendentes* – INTERIOR

Essas unidades respondem por 22% do acervo das Unidades do Interior



*Processos distribuídos até 2014, que possuem classes listadas no Glossário de Metas do CNJ



META 2 DE 2018 - 1º GRAU RESULTADO DOS TRIBUNAIS DE MÉDIO PORTE ATÉ JULHO EXTRAÇÃO DO SISTEMA DE METAS CNJ



Ano	Tribunal	% cumprimento Meta 2
2018	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	41,55
2018	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	38,63
2018	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	20,64
2018	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	19,33
2018	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	19,06
2018	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	17,06
2018	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	7,70
2018	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	7,66
2018	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	7,42
2018	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	5,92



META 4 DE 2018 – COMBATE À CORRUPÇÃO



Objetivo: Identificar e julgar até 31/12/2018, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015, em especial corrupção ativa e passiva, peculato e concussão.

Segmento	Acervo da Meta	Alvo (70%)	Sentenças até Ago/2018	Processos Pendentes de Julgamento	Grau de Julgamento*	Grau de Cumprimento**	Necessidade de Julgamento
1º Grau	2.154	1.508	322	1.832	14,95%	21,36%	1.186
2º Grau	8	6	3	5	37,50%	53,25%	3
Juizados Especiais	2	2	1	1	50,00%	71,43%	1
TJPA	2.164	1.516	326	1.838	15,06%	21,52%	1.190

*Grau de julgamento: sentenças/acervo

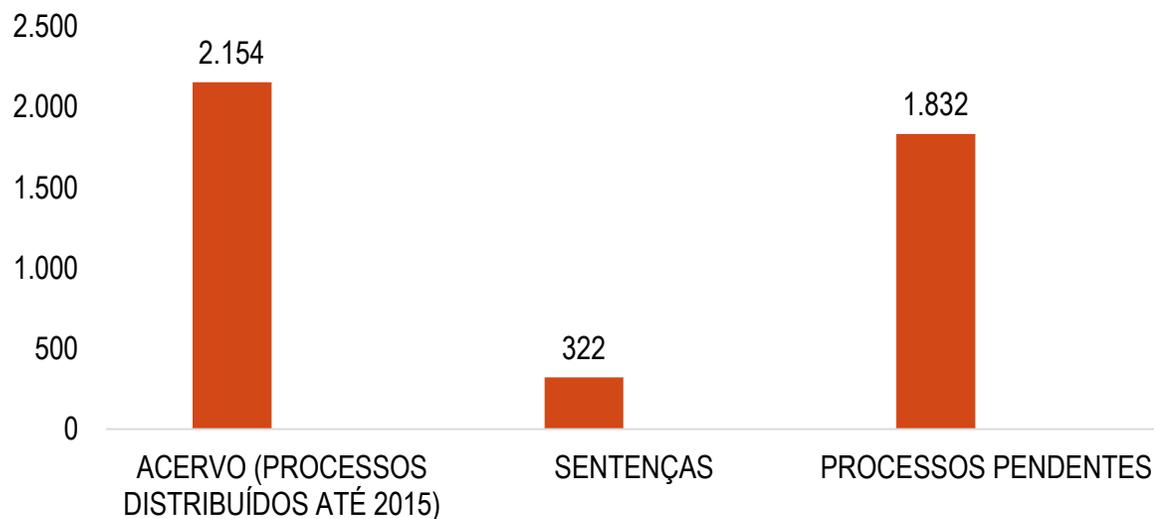
**Grau de cumprimento: (sentenças/acervo)*1000/7 – fórmula de cálculo do CNJ.



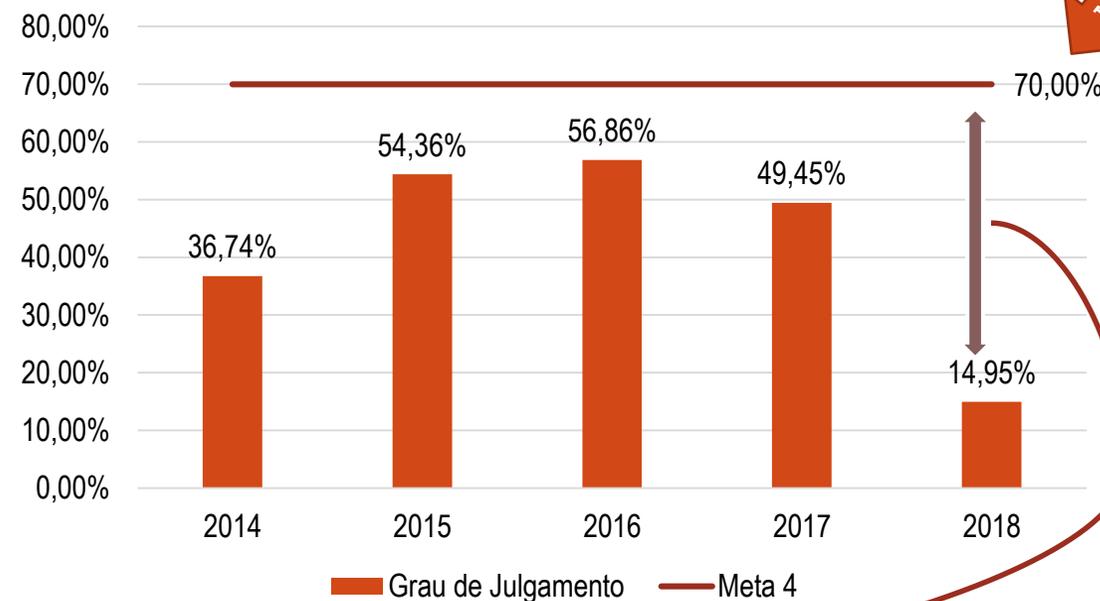


META 4 DE 2018 - 1º GRAU COMBATE À CORRUPÇÃO

RESULTADO 2018



Evolução do Grau de Julgamento



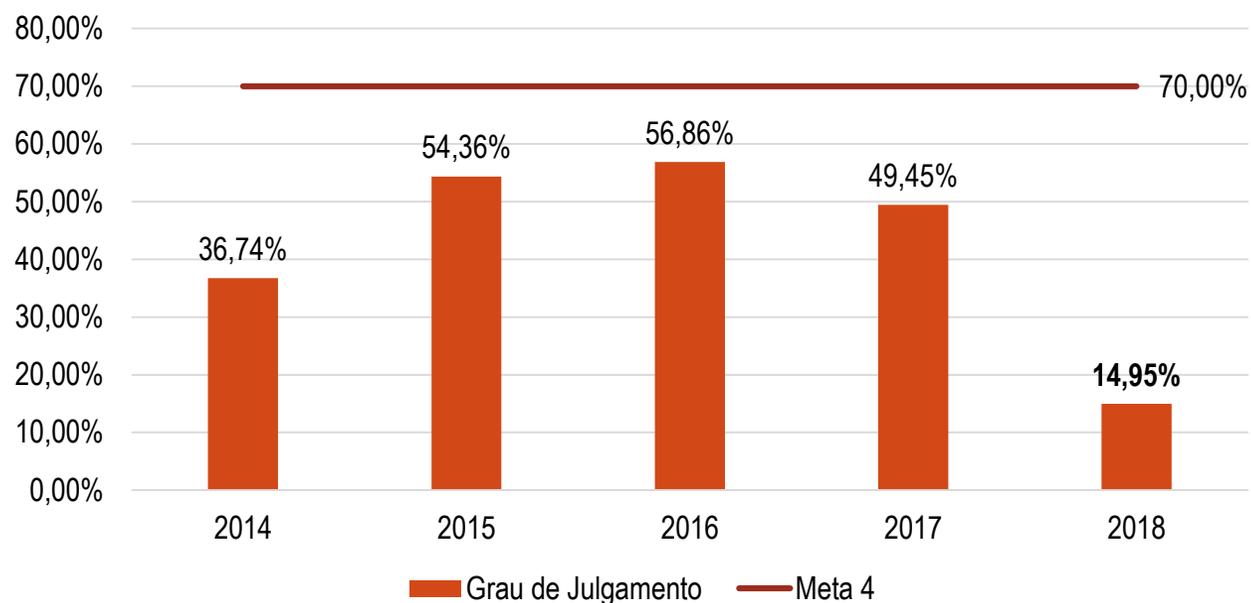
O 1º Grau da Justiça Paraense precisaria julgar pelo menos 1.186 ações de corrupção entre os meses de setembro e dezembro para cumprir a Meta 4 de 2018.





META 4 DE 2018 – 1º GRAU COMBATE À CORRUPÇÃO

Evolução do Grau de Julgamento



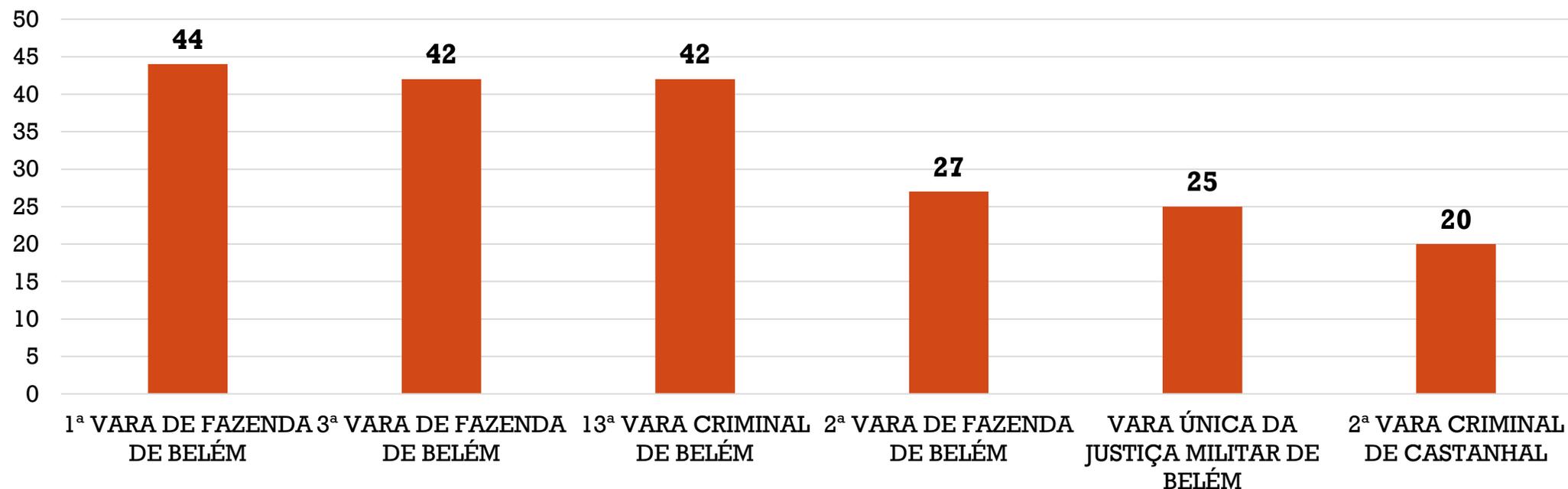
Aqui observa-se queda brusca do grau de julgamento em decorrência da mudança no Glossário de Metas 2018, como já explicado na Meta 2.





META 4 DE 2018 – 1º GRAU COMBATE À CORRUPÇÃO

Unidades com maiores quantidades de processos pendentes – RMB*



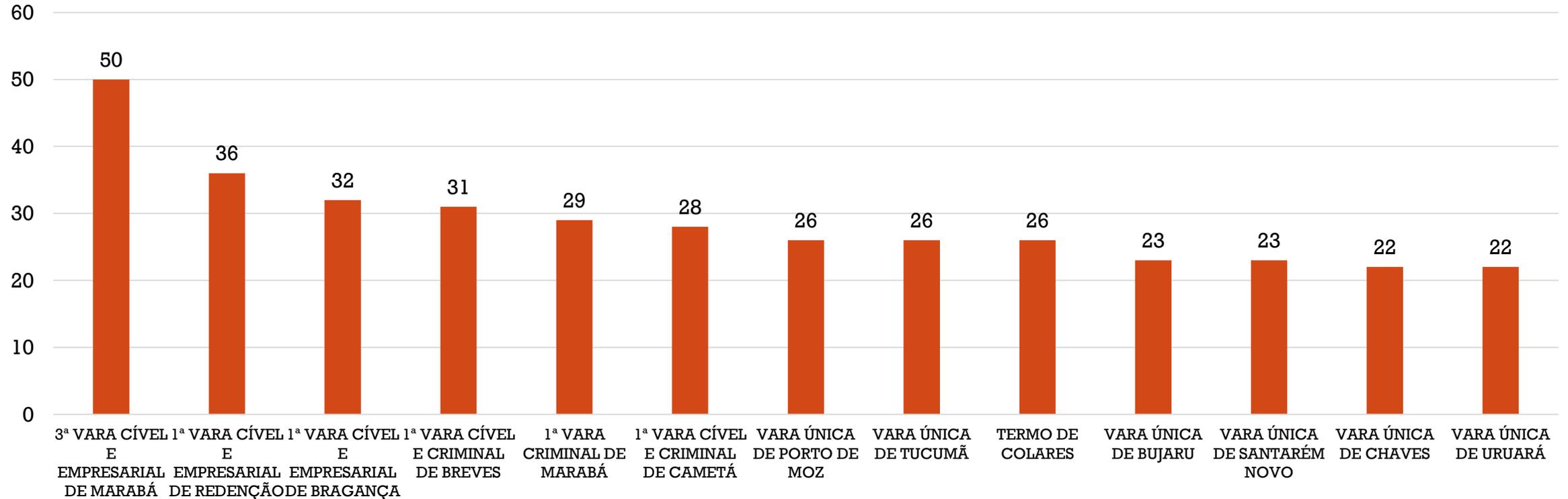
*Processos distribuídos até 2015, que possuem classes listadas no Glossário de Metas do CNJ





META 4 DE 2018 – 1º GRAU COMBATE À CORRUPÇÃO

Unidades com maiores quantidades de processos pendentes – INTERIOR*



*Processos distribuídos até 2015, que possuem classes listadas no Glossário de Metas do CNJ



META 4 DE 2018

RESULTADO DOS TRIBUNAIS DE MÉDIO PORTE

ATÉ JULHO

EXTRAÇÃO DO SISTEMA DE METAS CNJ



Ano	Meta	Segmento	Tribunal	% cumprimento Meta 4
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	58,85
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	35,04
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	21,75
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	20,24
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	18,62
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	16,15
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	10,27
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	5,67
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	5,11
2018	4	Estadual	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	4,66





META 6 DE 2018 – AÇÕES COLETIVAS

Objetivo: Julgar, até 31/12/2018, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 2º grau.

Segmento	Acervo da Meta	Alvo	Sentenças até Ago/2018	Processos Pendentes de Julgamento	Grau de Julgamento*	Grau de Cumprimento**	Necessidade de Julgamento
1º Grau	3.751	2.251 (60%)	566	3.185	15,09%	25,15%	1.685
2º Grau	202	162 (80%)	64	138	31,68%	39,60%	98

*Grau de julgamento: sentenças/acervo

**Grau de cumprimento: (sentenças/acervo)*1000/7 – fórmula de cálculo do CNJ.

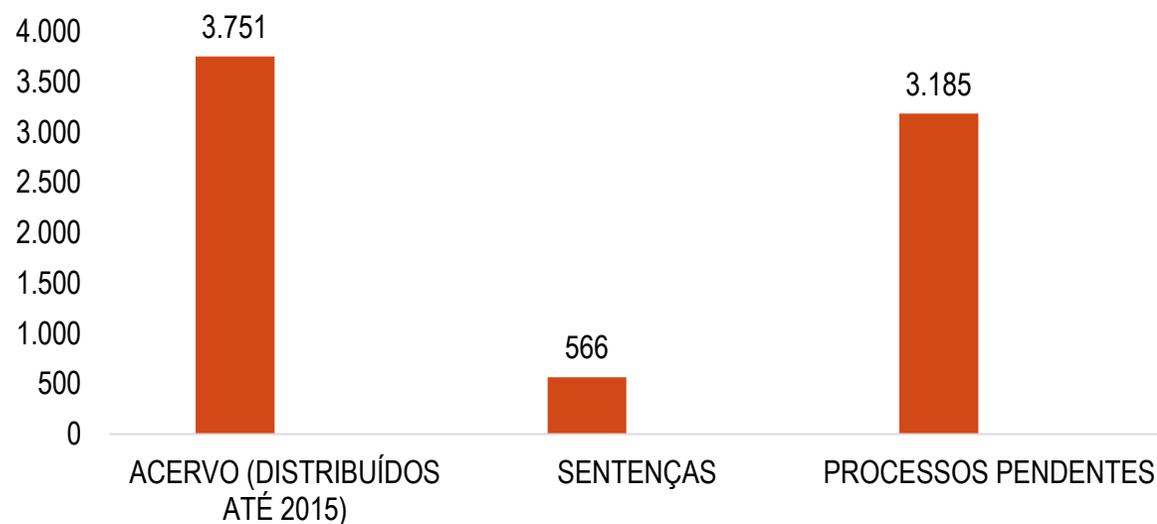




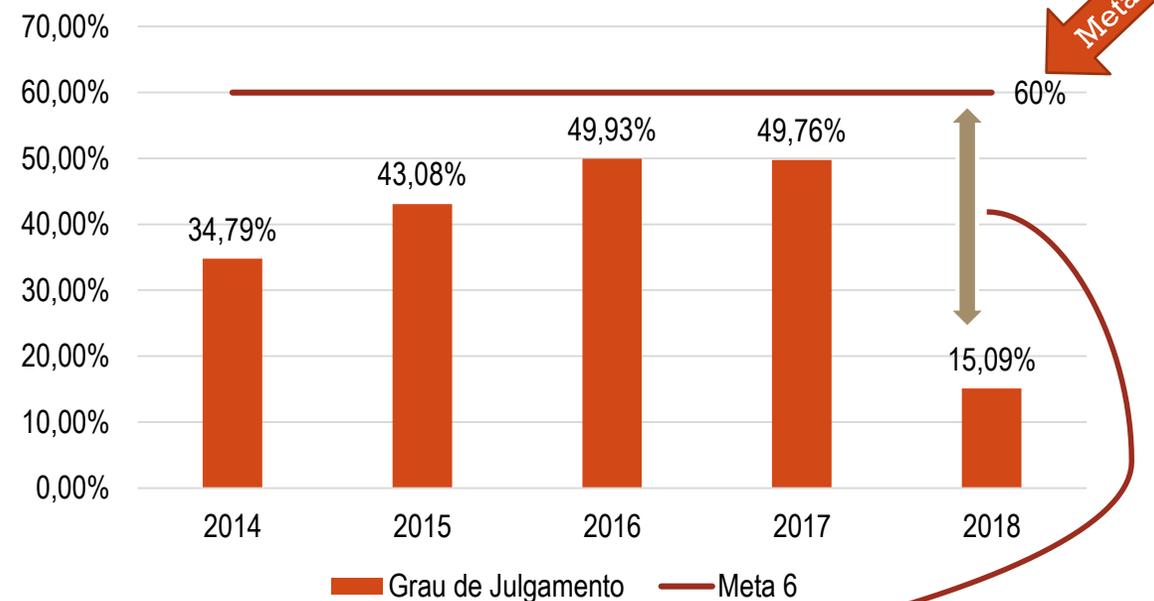
META 6 DE 2018 – 1º GRAU

AÇÕES COLETIVAS

RESULTADO 2018 – 1º semestre



Evolução do Grau de Julgamento



O 1º grau deveria julgar pelo menos 1.685 ações coletivas entre setembro e dezembro para cumprir a Meta 6 de 2017.

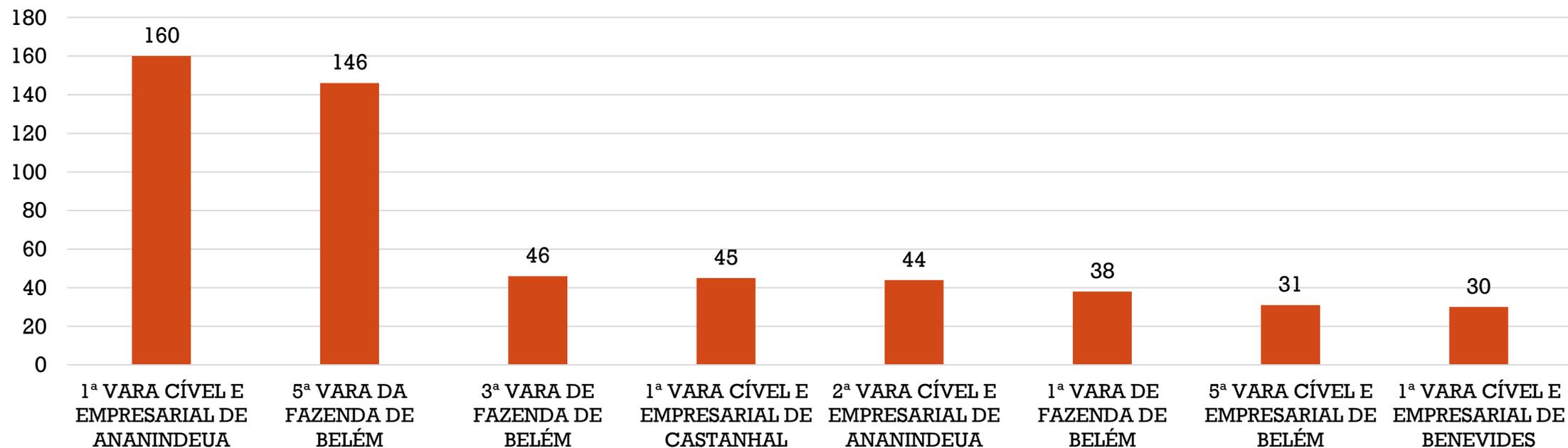




META 6 DE 2018 – 1º GRAU

AÇÕES COLETIVAS

Unidades com maiores quantidades de processos pendentes – RMB*



*Processos distribuídos até 2015, que possuem classes listadas no Glossário de Metas do CNJ

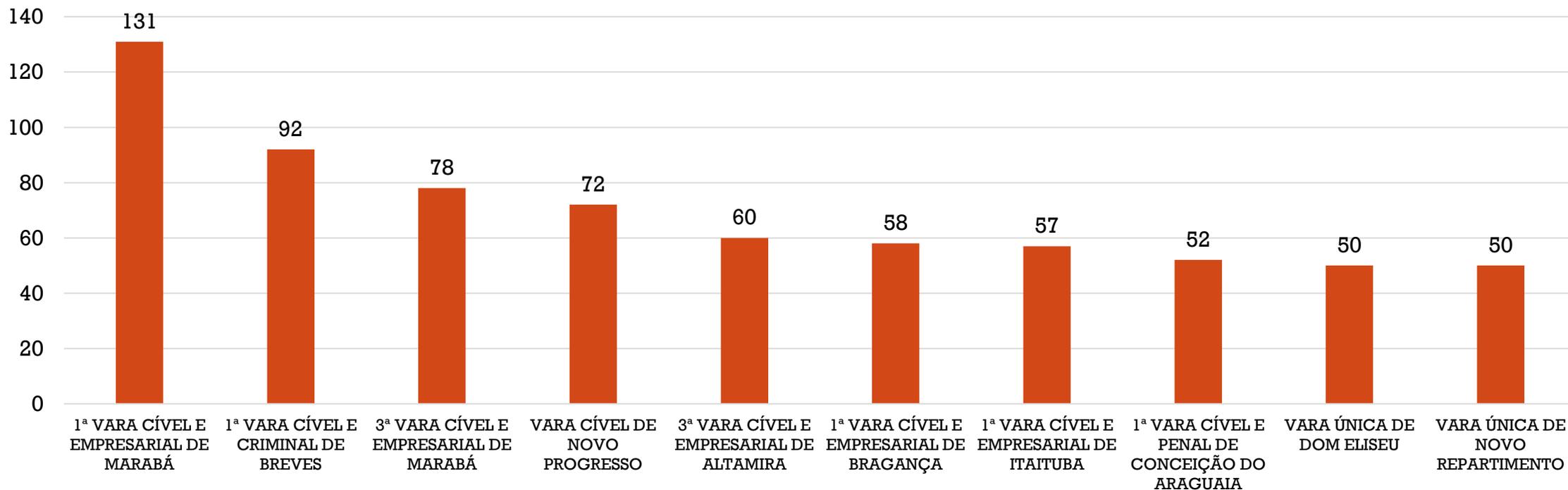




META 6 DE 2018 – 1º GRAU

AÇÕES COLETIVAS

Unidades com maiores quantidades de processos pendentes – INTERIOR*



*Processos distribuídos até 2015, que possuem classes listadas no Glossário de Metas do CNJ



META 6 DE 2018 - 1º GRAU RESULTADO DOS TRIBUNAIS DE MÉDIO PORTE ATÉ JULHO EXTRAÇÃO DO SISTEMA DE METAS CNJ



Ano	Tribunal	Instância	% cumprimento Meta 6
2018	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	1º Grau comum	51,29
2018	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	1º Grau comum	37,65
2018	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1º Grau comum	25,64
2018	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	1º Grau comum	25,34
2018	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	1º Grau comum	22,86
2018	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	1º Grau comum	21,61
2018	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	1º Grau comum	8,36
2018	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	1º Grau comum	6,57
2018	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	1º Grau comum	4,08
2018	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	1º Grau comum	0,88



OUTRAS METAS 2018



META 5 DE 2018: ESTABELECEMOS POLÍTICA DE DESJUDICIALIZAÇÃO E DE ENFRENTAMENTO DO ESTOQUE DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL, ATÉ 31/12/2018.

RESPONSÁVEL: JUÍZA DE DIREITO DRA. KÉDIMA PACÍFICO LYRA

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 95,24%

**RESULTADO CONSIDERADO
SATISFATÓRIO PELO CNJ**

OBSERVAÇÕES:

1. O tribunal instituiu formalmente a política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal por meio da portaria nº 5890/2017-GP;
2. O tribunal monitora o desempenho e garante a transparência da política e seus resultados através do Portal da Meta 5;





OUTRAS METAS 2018

META 5 DE 2018: ESTABELECEMOS POLÍTICA DE DESJUDICIALIZAÇÃO E DE ENFRENTAMENTO DO ESTOQUE DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL, ATÉ 31/12/2018.

Início	Sobre o TJPA	Consultas	Notícias	Acervo Digital	Ações e Programas	Transparência
--------	--------------	-----------	----------	----------------	-------------------	---------------

Início > Impulso às Execuções Fiscais - Meta 5/CNJ

Apresentação

Portaria da Presidência

Iniciativa 1 - Mutirão de Conciliação

▶ Histórico dos mutirões das execuções fiscais

▶ Resultados dos mutirões anteriores a 2017

▶ Resultado do mutirão de conciliação fiscal 2017

Iniciativa 2 - Estimulação do protesto CDA'S

Iniciativa 3 - Relatórios de Receitas Recuperadas

Iniciativa 4 - Plano de Comunicação

Iniciativa 5 - Formas alternativas de cobrança

Iniciativa 6 - Decretação Indisponibilidade Bens

Contatos

Apresentação

CONHEÇA A META 5 DO CNJ PARA A EXECUÇÃO FISCAL.



TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

A Meta 5 do CNJ tem por objetivo estabelecer uma política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, com adoção de medidas que visem otimizar a tramitação e reduzir a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal.

Diante da necessidade de alinhar as iniciativas definidas para a política da META 5 do CNJ às ações do Plano de Gestão 2017-2019, referente ao Macrodesafio Impulso às Execuções Fiscais, foi instituída pela Presidência do TJ, no âmbito da Justiça Comum de Primeiro Grau do Estado do Pará, a política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, por meio da Portaria nº 5890/2017-GP, datada de 19 de dezembro de 2017.

A política de desjudicialização estabelecida pela META 5/CNJ tem como iniciativas:

- 1 - Realizar pelo menos um mutirão de conciliação das execuções fiscais e extrajudiciais;
- 2 - Estimular o protesto de título nas execuções fiscais ajuizadas;



OUTRAS METAS 2018



META 5 DE 2018: ESTABELECEMOS POLÍTICA DE DESJUDICIALIZAÇÃO E DE ENFRENTAMENTO DO ESTOQUE DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL, ATÉ 31/12/2018.

- 3. A realização de mutirões de conciliação de execução fiscal e extrajudicial estão em fase de planejamento;**
- 4. O TJPA estimula o protesto de títulos nas execuções fiscais ajuizadas (provimento conjunto nº 08/2014 CJRMB/CJCI);**
- 5. O TJPA divulga em seu Portal da Meta 5 as receitas recuperadas provenientes das execuções fiscais, de forma trimestral;**
- 6. Foi construído plano de comunicação para divulgação à sociedade de todos os benefícios e atividades da meta;**



OUTRAS METAS 2018



META 5 DE 2018: ESTABELECEMOS POLÍTICA DE DESJUDICIALIZAÇÃO E DE ENFRENTAMENTO DO ESTOQUE DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL, ATÉ 31/12/2018.

7. O TJPA contribuiu para reduzir o ajuizamento de ações de cobrança de débito de pequeno valor pelos estados e municípios, utilizando-se de formas alternativas de cobrança, como o protesto extrajudicial, diante do custo do trâmite das execuções fiscais;



OUTRAS METAS 2018



META 8 DE 2018: FORTALECER A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, ATÉ 31/12/2018.

RESPONSÁVEL: DESEMBARGARORA DIRACY NUNES ALVES

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 72,46%

RESULTADO CONSIDERADO SATISFATÓRIO PELO CNJ

OBSERVAÇÕES:

- 1. O Tribunal possui 138 unidades competentes para atender causas relativas à violência contra a mulher (varas únicas, de 2ª entrância e vara exclusivas);**
- 2. Apenas 4 (dentre as 138) unidades dispõe de equipe de atendimento multidisciplinar;**



OUTRAS METAS 2018



META 8 DE 2018: FORTALECER A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, ATÉ 31/12/2018.

OBSERVAÇÕES:

- 3. Apenas 4 unidades (dentre as 138) possuem espaço físico próprio para o atendimento;**
- 4. Apenas 4 unidades (dentre as 138) oferecem, diretamente ou por meio de parcerias, atendimento destinado à mulher ofendida;**
- 5. O TJPA não possui unidade judiciária que ofereça, diretamente ou por meio de parcerias, atendimento destinado ao agressor;**



OUTRAS METAS 2018



META 8 DE 2018: FORTALECER A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, ATÉ 31/12/2018.

OBSERVAÇÕES:

- 6. O TJPA não possui unidade judiciária que ofereça, diretamente ou por meio de parcerias, atendimento destinado a familiares dependentes;**
- 7. O TJPA promove programas de prevenção e combate à violência contra a mulher. Exemplos: “Mãos à Obra” e “Judiciário na Escola”;**
- 8. O TJPA realizará esforço concentrado de julgamento de processos no escopo do programa “Justiça pela Paz em Casa” na segunda quinzena de agosto de 2018;**



OUTRAS METAS 2018



META 8 DE 2018: FORTALECER A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, ATÉ 31/12/2017.

OBSERVAÇÕES:

- 9. O TJPA já instituiu em sua estrutura organizacional a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar;**
- 10. A Coordenadoria Estadual do TJPA ainda não conta com estrutura de apoio administrativo e de equipe multidisciplinar;**
- 11. O TJPA promove capacitação permanente de magistrados e servidores em temas relacionados a questões de gênero e de raça ou etnia por meio das escolas de magistraturas”**



OUTRAS METAS 2018



META 8 DE 2018: FORTALECER A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, ATÉ 31/12/2017.

OBSERVAÇÕES:

- 12. O TJPA divulga em seu Portal informações e serviços oferecidos relacionados à temática da violência doméstica e familiar contra a mulher;**
- 13. O tribunal realiza ações objetivando o cumprimento do Art. 24 da Res. nº 225/2016 do CNJ, no sentido de estimular a adoção de processos com o intuito de promover a responsabilização dos ofensores, proteção às vítimas, restauração e estabilização das relações familiares.**





METAS 2018

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

